

NOTAS EXPLICATIVAS

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

O Estado do Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº 04.312.369/0001-90 e sede administrativa situada na Avenida Brasil, s/nº, bairro Compensa II, CEP 69036-110.

As funções do governo do Amazonas no exercício de 2021 foram desenvolvidas com amparo na Lei Estadual nº 5.365, de 30 de dezembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA), a qual estimou a receita líquida no montante de R\$ 18.887.964.000,00 (dezoito bilhões, oitocentos e oitenta e sete milhões e novecentos e sessenta e quatro mil reais) e fixou a despesa em igual valor, em conformidade com os comandos da Lei Estadual nº 5.248, de 14 de setembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO) e das Constituições Federal e do Estado do Amazonas.

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreendem a programação dos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público. A escrituração referente à execução orçamentária e financeira, assim como aos efeitos e eventos patrimoniais, é efetuada por cada órgão e entidade no Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI, a partir do qual foram extraídas as informações para composição das demonstrações contábeis consolidadas.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e das Instruções de Procedimentos Contábeis sobre metodologias para elaboração das demonstrações contábeis, bem como com a Lei n.º 4.320/1964 e, também, com as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais.

2.2 - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação em relação ao valor atualizado das receitas. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, para abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 2.326.133.318,28, o Balanço Orçamentário demonstra uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita (R\$ 24.756.437.008,42) e a dotação atualizada (R\$ 27.082.570.326,70)

Destacamos ainda, que esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário.

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercícios anteriores, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior.

O superávit apresentado nas colunas de dotação inicial e dotação atualizada, no valor de R\$ 419.333.000,00 resulta da Reserva do RPPS, que é apresentada na linha abaixo do total das Despesas Orçamentárias, não compondo o subtotal das mesmas, conforme comando da IPC 07 – Instruções de Procedimentos Contábeis para Elaboração do Balanço Orçamentário.

Os seguintes itens referentes ao balanço orçamentário merecem destaque:

- a. As receitas arrecadadas são apresentadas líquidas de suas deduções. O total da receita bruta arrecadada foi de R\$ 28.457.344.694,38, enquanto as deduções legais para o FUNDEB somaram R\$ 2.804.802.665,17, resultando na receita líquida de R\$ 25.652.542.029,21. O valor de deduções afetou o valor das *receitas tributárias e das transferências correntes*, que obtiveram a seguinte composição:

Descrição da Receita	Deduções de Receitas		R\$
	Receita bruta arrecadada	Dedução da receita arrecadada	Receita Líquida arrecadada
1.1.0.0.00.0.0 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.611.855.426,64	(2.007.095.797,96)	12.604.759.628,68
1.7.0.0.00.0.0 - Transferências Correntes	7.560.604.937,44	(797.706.867,21)	6.762.898.070,23
Totais	22.172.460.364,08	(2.804.802.665,17)	19.367.657.698,91

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

As demais receitas correntes (Contribuições, Patrimonial, Industrial, Serviços, Outras receitas Correntes e Intraorçamentárias) no total de R\$ 4.947.487.418,86, assim como as receitas de capital no total de R\$ 1.337.396.911,44, não sofreram deduções.

- b. As receitas e despesas intraorçamentárias totalizaram R\$ 1.043.086.686,59 e R\$ 944.828.876,37, respectivamente, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Receitas e Despesas Intraorçamentárias		
ANO	RECEITAS ARRECADADAS	DESPESAS EMPENHADAS
2020	2.197.210.889,86	1.857.845.600,89
2021	1.043.086.689,59	944.828.876,37

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- c. O superávit financeiro utilizado para abertura de créditos adicionais na ordem de R\$ 2,326 bilhões permitiu o equilíbrio orçamentário na execução do exercício, influenciando

positivamente na execução orçamentária. Desse total, R\$ 2,007 bilhões foram empenhados, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Despesas Empenhadas Com Fontes de Superávit - 2021

ITEM	VALOR
Ordinários	1.014.071.612,81
Vinculados	993.619.398,46
Educação	233.766.631,20
Saúde	185.091.947,86
Previdência Social	293.889.360,04
Assistência Social	2.090.495,17
Operações de Crédito	161.740.044,07
Convênios	26.103.936,30
Outras Vinculações	90.936.983,82
TOTAL	2.007.691.011,27

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- d. A diferença de R\$ 83.454.201,68 entre as Despesas Liquidadas e Despesas Pagas representa as despesas a pagar do exercício 2021, inscritas como Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 75.129.552,78 mais consignações a pagar no valor de R\$ 8.324.648,90. Ressaltamos que tais valores compõem o Balanço Financeiro, sendo que as consignações do exercício encontram-se somadas aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.
- e. O saldo apresentado no Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário no total de R\$ 165.685.491,82 representa o somatório dos restos a pagar não processados **a liquidar** de R\$ 163.399.095,54 mais o valor de restos a pagar não processados **liquidados e não pagos** de R\$ 2.286.396,28, que foi transferido para restos a pagar processados, por ocasião do encerramento do exercício.

2.3 - Balanço Financeiro

Previsto no art. 103 da Lei 4.320/64, este anexo demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, assim como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o do exercício seguinte.

Quanto aos recebimentos e pagamentos extraorçamentários consolidados, é relevante destacar os seguintes itens:

- a. *Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados* – o item apresenta a movimentação financeira referente a consignações, garantias, depósitos não judiciais, depósitos judiciais e outros valores vinculados a obrigação com terceiros. Os ingressos e dispêndios referentes a consignações do exercício somam, respectivamente, R\$ 4.392.204.556,61 e R\$ 4.383.879.907,71, resultando em um saldo a pagar de R\$ 8.324.648,90, o qual somado à Inscrição de Restos a Pagar Processados, de R\$ 75.129.552,78, representa o total de despesas a pagar executadas com orçamento de 2021, no total de R\$ 83.454.201,68.
- b. *Créditos a Receber* – estão representados neste grupo os valores de créditos decorrentes de alienação de bens da administração indireta em posse do Tesouro Estadual, assim como débitos bancários a regularizar do Poder Legislativo.
- c. *Adiantamentos Concedidos* – engloba os valores de salário família e salário maternidade adiantados a servidores.
- d. *Investimentos* - apresentam-se a valorização e a desvalorização de títulos e fundos de investimento do RPPS.
- e. *Movimentações de Fundos Próprios e Operações Intergestora* - representa incorporações e desincorporações de saldos financeiros, respectivamente, decorrentes de ajustes de exercícios anteriores. Neste item há valores expressivos referentes a operações intra que foram excluídos da consolidação por representarem operações entre órgãos e entidades pertencentes ao orçamento estadual, especialmente pagamentos centralizados pelo Tesouro Estadual.

- f. *Demais Recebimentos e Demais Pagamentos* – encontram-se neste item consolidado valores pagos a consórcio público.

Quanto aos saldos em espécie, importante destacar:

- a. *Caixa e Equivalente de Caixa* - No saldo para o exercício seguinte há valor muito significativo pertencente ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no total de R\$ 5.159.792.021,87, que pode ser identificado no item Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Balanço Patrimonial. O valor é composto por aplicações em renda fixa, renda variável, dentre outras aplicações.
- b. *Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados* – representam bloqueios judiciais em contas do Estado efetuados pela Justiça, assim como o Fundo de Reserva, correspondente a 30% dos depósitos judiciais ou administrativos referentes a processos em que o Estado é parte, estabelecido pela Lei Complementar nº 151, de 05.08.2015 e instituído pela Lei estadual nº 4.218, de 08.10.2015.
- c. *Resultado Financeiro* – O resultado financeiro de 2021 foi de R\$ 935.073.073,67, correspondente à diferença entre os saldos de 2021 e 2020 de Caixa e Equivalente de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

2.4 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresentado neste documento evidencia a situação patrimonial do Estado em 31 de dezembro de 2021. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do período, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os saldos dos atos potenciais ativos e passivos e o superávit ou déficit financeiro.

Abaixo serão elencados os itens do balanço patrimonial para os quais julgamos haver necessidade de notas explicativas.

2.4.1 - Créditos Tributários a Receber:

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2021, foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD dos valores lançados e não pagos, não inscritos em dívida ativa e sem exigibilidade suspensa. Foram reconhecidos como ativos os estoques de créditos a receber dos últimos 5 anos (2017 a 2021), conforme informações do Departamento de Arrecadação da SEFAZ/AM.

Os valores atualizados do estoque dos anos 2017 a 2020 foram lançados como longo prazo e os de 2021 no curto prazo.

Créditos Tributários a Receber - Impostos			R\$
FONTE	2021 CURTO PRAZO	2017 A 2020 LONGO PRAZO	
ICMS	198.604.652,05	108.612.012,79	
IPVA	69.535.179,44	45.254.048,17	
ITCMD	3.710.933,27	7.940.744,57	
TOTAL	271.850.764,76	161.806.805,53	

Fonte: Memorando nº 029/2022 - GANS

Para a provisão de perda foi adotada a média de recebimento referente aos valores lançados nos exercícios 2018 a 2020, arrecadados até o exercício de 2021, resultando num percentual de 88,91%, conforme demonstrado abaixo:

Média de Recebimentos – Impostos não Inscritos em Dívida Ativa			
ANO	LANÇAMENTO	ARRECAÇÃO (ATÉ 2021)	ARREC/LANÇ.
2018	9.972.566.208,90	9.207.882.454,11	92,33%
2019	11.706.842.647,46	10.203.537.844,76	87,16%
2020	12.294.883.367,82	10.724.482.801,80	87,23%
TOTAL	33.974.292.224,17	30.135.903.100,67	88,91%

Fonte: Memorando nº 029/2022 - GANS

Provisão para Perdas			R\$
PRAZO	ESTOQUE (A)	MÉDIA DE RECEBIMENTO (B)	PROVISÃO DE PERDAS A-(A*B)
CURTO PRAZO	271.850.764,76	88,91%	30.159.051,27
LONGO PRAZO	161.806.805,53	88,91%	17.950.803,81
TOTAL			48.109.855,08

Fonte: Memorando nº 029/2022 - GANS

2.4.2 - Dívida Ativa tributária e não tributária:

O reconhecimento da dívida ativa é avaliado na data de encerramento do balanço, através dos relatórios gerenciais do Departamento de Arrecadação da SEFAZ/AM.

Em conformidade com análise histórica e estatística, por convenção, a fim de retratar o mais próximo à realidade, as inscrições no exercício de 2021 foram contabilizadas como curto prazo, enquanto o saldo remanescente de exercícios anteriores, já atualizado, foi registrado no longo prazo. Cabe ressalva para a dívida ativa não tributária no curto prazo, que restou menor que o valor de inscrição do ano, em razão do desconhecimento de parte do valor.

Desde o exercício de 2019, o Estado, passou a classificar os créditos de dívida ativa conforme a maior ou menor possibilidade de recebimento dos mesmos, nos moldes da Portaria Conjunta Nº 0027/2019-GSEFAZ/PGE, e modificações tratadas na Portaria Conjunta nº 0014/2021-GSEFAZ/GPGE, publicadas no Diário Oficial Eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda nos dias 16/12/2019 e 14/10/2021, respectivamente. As Portarias estabelecem critérios para classificação do créditos inscritos em dívida ativa nas seguintes classes (*rating*):

A : Créditos com alta perspectiva de recuperação;

B: Créditos com média perspectiva de recuperação;

C: Créditos com baixa perspectiva de recuperação; e

D: Créditos com baixíssima perspectiva de recuperação ou considerados irrecuperáveis.

A Portaria Conjunta Nº 0027/2019-GSEFAZ/PGE determina em seu art. 10 que os créditos classificados nas classes “C” e “D” devem ser baixados do ativo, porém com escrituração em contas de controle, até a extinção ou reclassificação dos mesmos.

DÍVIDA ATIVA	RATING A	RATING B	SUBTOTAL 1 (A e B)	RATING C	RATING D	SUBTOTAL 2 (C e D)	TOTAL SUBTOTAL (1 + 2)
TRIBUTÁRIA	3.982.468.626,33	269.105.493,86	4.251.574.120,19	920.933.451,03	2.596.868.220,25	3.517.801.671,28	7.769.375.791,47
NÃO TRIBUT.	12.882.501,05	-	12.882.501,05	528.527.884,56	86.810.143,73	615.338.028,29	628.220.529,34
TOTAL	3.995.351.127,38	269.105.493,86	4.264.456.621,24	1.449.461.335,59	2.683.678.363,98	4.133.139.699,57	8.397.596.320,81

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa 2021

Os créditos das classes “A” e “B” no total de R\$ 4.264.456.621,24 foram contabilizados conforme prazos de realização no ativo circulante e no ativo não circulante, com a seguinte composição:

Dívida Ativa por Prazo de Realização		R\$
PRAZO	TRIBUTÁRIA	NÃO TRIBUTÁRIA
CURTO PRAZO	597.220.722,96	12.882.501,05
LONGO PRAZO	3.654.353.397,23	-
TOTAL	4.251.574.120,19	12.882.501,05

Fonte: Sistema AFI

Já os créditos de dívida ativa das classes “C” e “D”, no total de R\$ 4.133.139.699,57, foram contabilizados, conforme comando da Portaria citada acima, em contas de controle nos grupos 7998000000000 e 8998000000000 – Controle da Dívida Ativa – Baixa por desconhecimento.

2.4.3 - Ajustes de Perdas de Dívida Ativa:

A Provisão para Perdas da Dívida Ativa é calculada com base na metodologia do histórico de recebimentos passados, levando em consideração principalmente as duas variáveis abaixo:

1. média percentual de recebimentos passados e

2. Saldo atualizado de créditos inscritos em Dívida Ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos nos três últimos exercícios

Ressaltamos que a média de recebimentos para cálculo das provisões para perdas foi apurada considerando dois momentos: primeiramente, antes da classificação por rating e depois, considerando a classificação por rating, alterando a média percentual de e, conseqüentemente, a média geral considerando os três últimos exercícios, conforme acompanhamos a seguir:

Média de Recebimentos da Dívida Ativa Tributária R\$

ANTES DA CLASSIFICAÇÃO POR RATING				APÓS A CLASSIFICAÇÃO POR RATING			
ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECADAÇÃO	% ARREC./ ESTOQUE	ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECADAÇÃO	% ARREC./ ESTOQUE
2019	7.055.640.388,98	49.536.467,62	0,70	2019	3.785.326.029,62	49.536.467,62	1,31
2020	7.400.720.288,82	58.211.794,79	0,79	2020	3.899.602.610,93	58.211.794,79	1,49
2021	7.769.375.791,47	110.148.872,91	1,42	2021	4.251.574.120,19	110.148.872,91	2,59
TOTAL	22.225.736.469,27	217.897.135,32	2,91	TOTAL	11.936.502.760,74	217.897.135,32	5,39
MÉDIA			0,97%	MÉDIA			1,80%

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa 2021

Média de Recebimentos da Dívida Ativa Não Tributária R\$

ANTES DA CLASSIFICAÇÃO POR RATING				APÓS A CLASSIFICAÇÃO POR RATING			
ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECADAÇÃO	% ARREC./ ESTOQUE	ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECADAÇÃO	% ARREC./ ESTOQUE
2019	513.188.647,62	2.559.751,12	0,50	2019	12.469.309,04	2.559.751,12	20,53
2020	541.946.067,66	3.239.616,94	0,60	2020	14.695.270,87	3.239.616,94	22,05
2021	628.220.529,34	1.728.358,85	0,28	2021	12.882.501,05	1.728.358,85	13,42
TOTAL	1.683.355.244,62	7.527.726,91	1,38	TOTAL	40.047.080,96	7.527.726,91	55,99
MÉDIA			0,46%	MÉDIA			18,66%

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa 2021

2.4.4 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Na composição deste item, o saldo mais representativo (R\$ 262.353.546,40) trata de depósitos referentes a processos judiciais ou administrativos nos quais o Estado seja parte, nos termos da Lei Complementar nº 151, de 05.08.2015.

2.4.5 – Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

a. Composição dos bens móveis:

A composição do ativo imobilizado em bens móveis no exercício de 2021 restou alocada nos seguintes grupos:

Bens Móveis		R\$
GRUPOS DE BENS	VALOR	
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	798.477.689,74	
BENS DE INFORMÁTICA	404.805.742,68	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	341.770.605,76	
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	142.451.648,87	
VEÍCULOS	221.287.695,44	
ARMAMENTOS	2.437.840,34	
OUTROS BENS MÓVEIS	327.056.485,10	
TOTAL	2.238.287.707,93	

b. Depreciação

Os procedimentos para registro de depreciação no Poder Executivo tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/76, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

2.4.6 – Demais Obrigações a Curto Prazo:

A maior representatividade deste item diz respeito a valores consignados, que somam R\$ 112.717.107,77, seguida de depósitos não judiciais no total de R\$ 47.034.437,27, depósitos judiciais de R\$ 340.580,51 e outros depósitos de R\$ 943.051,94 que, somados, representam os valores restituíveis.

As outras obrigações a curto prazo tratam de créditos bancários sem o adequado registro contábil, pendentes de regularização.

2.4.7 - Provisões a Longo Prazo:

Representam as provisões matemáticas do RPPS contabilizadas pela Fundação Amazonprev, com base em avaliação atuarial realizada por empresa especializada. O passivo atuarial é determinado pela soma da reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) e Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC), que contemplam os valores presentes de contribuições futuras e de benefícios futuros. A composição dos valores seguem representados abaixo:

Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo		R\$
DESCRIÇÃO	VALOR	
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	105.378.902,00	
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	840.894.505,63	
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	3.713.646.895,88	
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	1.454.883.916,42	
TOTAL	6.114.804.219,93	

2.4.8 – Patrimônio Líquido:

a. Ajuste de Avaliação Patrimonial:

A contabilização foi feita pelo método de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, conforme prevê a Resolução CFC nº 1137/08, a NBC T 16.10, que trata da Avaliação e Mensuração dos Ativos e Passivos em entidades do setor público. O acréscimo de R\$ 6.458.109,82, no exercício de 2021, refere-se à atualização dos investimentos em segmentos de imóveis da UG 13.301 – AMAZONPREV.

b. Resultados Acumulados:

Houve decréscimo no saldo de Resultados acumulados em comparação com o ano anterior, influenciado pelo resultado patrimonial do exercício de - R\$ 265.139.656,62, em razão de as variações patrimoniais diminutivas terem sido superiores às aumentativas.

Os ajustes de exercícios anteriores contribuem para apuração de resultados acumulados, contudo o resultado do exercício não deve ser influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores.

c. Ajustes de exercícios anteriores:

O saldo de ajustes de exercícios anteriores, apurado pela diferença entre ajustes positivos e negativos, resultou em - R\$ 577.359.419,56, influenciado especialmente pelas despesas de exercícios anteriores aí contabilizadas. Destacamos, ainda, as incorporações e desincorporações de saldos para regularizações referentes a exercícios anteriores.

d. Demonstrativo do Patrimônio Líquido:

Demonstrativo do Patrimônio Líquido

R\$

ESPECIFICAÇÃO	2021
1. Ajustes de Avaliação Patrimonial	21.234.534,39
2. Resultados Acumulados	7.240.575.785,07
Resultados Acumulados do Exercício Anterior	8.083.074.861,25
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	- 577.359.419,56
+ Resultado do Exercício	-265.139.656,62
3. Total Patrimônio Líquido (1+2)	7.261.810.319,46

2.4.9 - Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro:

Corresponde à diferença entre o ativo financeiro no valor de R\$ 10.153.610.155,81 e o passivo financeiro de R\$ 1.930.257.832,23, resultando no total de R\$ 8.223.352.323,58, que está demonstrado conforme destinação de recursos no *quadro do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial*.

2.4.10 – Quadro “Compensações”

Do lado dos Atos potenciais ativos, o item mais significativo representa os Direitos Conveniados e Outros Instrumentos com R\$ 721.879.079,48, referente a convênios a receber. No exercício de 2021, acresceu saldo de Outros Atos Potenciais Ativos no valor de R\$ 982.958,86, referente a valores recebidos de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União sem finalidade definida.

Do lado dos Atos Potenciais Passivos o item mais significativo são as Obrigações Contratuais em Execução no montante de R\$ 6.554.855.070,22, abrangendo contratos de fornecimento, serviços e obras.

2.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais:

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Estado durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas.

Salientamos que a DVP não segue a mesma classificação orçamentária, portanto, em algumas situações, a comparação entre a execução orçamentária (receitas e despesas) e as variações patrimoniais, pode não haver equivalência.

2.5.1 – VPA - Impostos:

Esse item corresponde aos valores de impostos arrecadados no exercício de 2021, assim como ajustes referentes a atualização de créditos a receber de ICMS, IPVA e ITCMD, lançados mas que não foram pagos e nem inscritos em dívida ativa nos últimos cinco anos, em observância ao princípio da competência.

2.5.2 – VPA – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Do total de R\$ 273.466.382,28, os valores mais significativos neste grupo referem-se a:

- a. R\$ 103.254.912,34 – VPAs decorrentes de receitas orçamentárias referentes a indenizações e restituições.
- b. R\$ 88.392.085,88 – Taxa de Administração do RPPS recebida pela Amazonprev.
- c. R\$ 46.368.359,70 - variação ativa decorrente de receitas orçamentárias que não possuem equivalência em contas contábeis específicas de VPA, conforme demonstrado no quadro a seguir:

VPA - Demais Receitas			R\$
UG	CÓD. RECEITA	DESCRIÇÃO DA RECEITA	VALOR
4703	4260	Feitos sem Levantamento/Processos Paralizados p/ Abandono ou Negligência	1.062.958,39
4703	4261	Repasse da Remuneração do Saldo Médio das Contas Judiciais	8.185.694,82
13301	7555	Títulos FCVS - FPREV	1.741.016,64
14102	6981	Receita de Depósitos Judiciais - LC 151/2015 - Lei Est. 4218/2015 - FR 0110	31.186.294,26
14102	6998	Receita corrente a classificar	112.583,65
16201	6987	Outras Receitas	0,75
17701	6983	Recursos Recebidos por Determinação Jucial	460.667,65
22201	6982	Termos de Cooperação	1.029.050,69
22703	6972	Recursos Recebidos por Determinação Legal	1.131.678,45
24101	6999	Demais Receitas	455.586,43
30101	6988	Progestão - Agência Nacional das Águas	999.860,00
30101	6993	Colaboração Financeira Reembolsável	2.967,97
Total			46.368.359,70

Outros valores deste item referem-se a variações ativas decorrentes de receitas orçamentárias relacionadas a recuperação de despesas de exercícios anteriores e incorporação de saldos.

2.5.3 – VPD – Variações Monetárias e Cambiais:

Houve expressivo aumento referente à atualização da dívida consolidada, especialmente quanto à dívida contratual externa, devido à desvalorização do real frente ao dólar americano, que gerou variação passiva de R\$ 1.460.727.661,60, enquanto a dívida contratual interna restou com R\$ 14.133.416,32 de variação passiva e variações monetárias de outras obrigações somaram R\$ 151.937,33.

2.5.4 – VPD - Constituição de Provisões:

O item constituição de provisões é formado em quase sua totalidade por atualização das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, obtida através de avaliação atuarial realizada por empresa especializada, somando um total de R\$ 1.973.137.715,39. O restante é composto por outras provisões, como férias, 13º salário e taxa de administração a ser paga para a Amazonprev, além de outras provisões.

2.5.5 – VPD - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas:

Esse item contempla, em grande parte, variações decorrentes de despesas com processos referentes a indenizações e restituições, no total de R\$ 705.375.738,79, seguido de desapropriação de bens imóveis no total de R\$ 145.638.299,09, sentenças judiciais, que somaram R\$ 136.287.178,00, auxílios a pessoas físicas no total de R\$ 26.489.962,68. O restante é composto por diversas outras VPDs no total de R\$ 110.117.684,73.

2.6 – Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Essa demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Em relação ao demonstrativo em análise, apresentamos as seguintes notas explicativas:

2.6.1 Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

Os valores apresentados nestes itens, em sua maior parte, referem-se a valores de obrigações restituíveis a curto prazo, tais como, consignações e depósitos de terceiros de diversas origens, que somam aproximadamente R\$ 4,8 bilhões de ingressos e de desembolsos.

2.6.2 Outros Ingressos e Desembolsos de Investimentos

O total de outros ingressos de investimentos na DFC é de R\$ 1.741.016,64, que corresponde a outras receitas de capital referentes a Títulos FCVS – FPREV, contabilizados pela UG 13301 – Fundação AMAZONPREV. Quanto aos outros desembolsos de investimentos, os quais somam R\$ 130.408.754,07, correspondem a desembolsos com despesas de capital relacionadas à modalidade 90 – aplicações diretas (4490XX) exceto as naturezas 449051, 449052 e 449061, já contempladas nos desembolsos para aquisição de ativo não circulante.

2.6.3 Transferência a Consórcios

Apesar de o IPC 08 prever a natureza de despesa 3.1.71.XX.XX – transferência a consórcio para pessoal, tanto para Desembolsos com Pessoal e Demais Despesas quanto para Transferências Concedidas, no Quadro Principal da DFC apresentada, o valor de R\$ 212.500,00, que representa o pagamento de despesa com tal natureza, está compondo apenas o item Pessoal e Outras Despesas Correntes, de modo a não gerar duplicidade.

Entretanto, na demonstração dos quadros anexos, que compõem a DFC, o referido valor, referente à transferência a consórcio para pessoal, está compondo tanto o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas como o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função.

2.7 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante determinado período.

No exercício de 2021, o resultado do exercício restou negativo em - R\$ 265.139.656,62, em razão de as variações patrimoniais diminutivas terem superado as aumentativas. Neste caso, merece destaque o aumento expressivo da atualização monetária da dívida consolidada no montante de R\$ 1.475.013.015,25, devido, em grande parte, à variação cambial, conforme verificado no item 2.5.3 referente à Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quanto aos ajustes de avaliação patrimonial tratam da reavaliação dos imóveis de renda da AMAZONPREV.

Os ajustes de exercícios anteriores decorrem de mudanças de critérios contábeis e/ou retificação de erro imputável a exercício anterior. No caso, o valor mais significativo contempla as despesas de exercícios anteriores, conforme já citado no item 2.4.8.c, referente ao Balanço Patrimonial.

3 – CONSOLIDAÇÃO

A consolidação das demonstrações contábeis foi elaborada a partir do processo de agregação de saldos de contas de todos os órgãos e entidades da administração estadual, incluindo todos os poderes, pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, excluídas as transações identificáveis como recíprocas - intragovernamentais, formando uma unidade contábil consolidada. A consolidação é um processo simétrico e busca evitar a dupla contagem de transações ou saldos entre unidades aumentando, assim, a utilidade dos dados consolidados.



Jefferson de Oliveira Carlos
Gerente da Gerencia de Contabilidade
Contador CRC-AM Nº 09384



Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora do Departamento de Contabilidade
Contadora Geral do Estado
CRC Nº 07984/AM



2.7 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante determinado período.

No exercício de 2021, o resultado do exercício restou negativo em - R\$ 265.139.656,62, em razão de as variações patrimoniais diminutivas terem superado as aumentativas. Neste caso, merece destaque o aumento expressivo da atualização monetária da dívida consolidada no montante de R\$ 1.475.013.015,25, devido, em grande parte, à variação cambial, conforme verificado no item 2.5.3 referente à Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quanto aos ajustes de avaliação patrimonial tratam da reavaliação dos imóveis de renda da AMAZONPREV.

Os ajustes de exercícios anteriores decorrem de mudanças de critérios contábeis e/ou retificação de erro imputável a exercício anterior. No caso, o valor mais significativo contempla as despesas de exercícios anteriores, conforme já citado no item 2.4.8.c, referente ao Balanço Patrimonial.

3 – CONSOLIDAÇÃO

A consolidação das demonstrações contábeis foi elaborada a partir do processo de agregação de saldos de contas de todos os órgãos e entidades da administração estadual, incluindo todos os poderes, pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, excluídas as transações identificáveis como recíprocas - intragovernamentais, formando uma unidade contábil consolidada. A consolidação é um processo simétrico e busca evitar a dupla contagem de transações ou saldos entre unidades aumentando, assim, a utilidade dos dados consolidados.

Jefferson de Oliveira Carlos

Gerente da Gerencia de Contabilidade
Contador CRC-AM Nº 09384

Maria da Conceição Guerreiro da Silva

Diretora do Departamento de Contabilidade
Contadora Geral do Estado
CRC Nº 07984/AM